

# Produtores cobram o custeio

Para as 160 famílias que residem nas duas agrovilas do Combinado Agrourbano, a qualidade da infraestrutura ali existente é inquestionável. A quase totalidade dos moradores veio de chácaras do DF e região geoeconómica e sempre sonhou possuir um pedaço de terra. Hoje os contemplados dispõem de 980 hectares, com casas, luz, água, escolas, áreas de lazer e atendimento médico. Contudo, carecem de recursos para custeio e investimento para plantar e colher — condição primordial exigida pelo governo.

O projeto é financiado pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá), órgão ligado ao Ministério da Reforma Agrária e alvo das queixas dos agricultores. Segundo o administrador do Combinado, Waldemar Gadelha Filho, a primeira parcela, de 250 OTNs, foi liberada na metade deste ano. Há previsões de que a segunda, de 97 OTNs, saia até o próximo dia 20. Tempo demais para os moradores, que já passam por dificuldades de subsistência.

## JUROS

"Sem recursos, a terra não produz bem", resume o presidente da Associação dos Moradores da Agrovila I, implantada há dois anos e composta por 100 famílias que ocupam 620 hectares. Mateus Oliveira afirma que o Procerá "não liberou verba nenhuma este ano", ocasionan-

do a falta de sementes, fertilizantes e equipamentos. "Todo mundo vai trabalhando de qualquer maneira, com medo de tirar empréstimos em bancos, por causa dos juros, que estão muito altos. Alguns resolveram arriscar", conta ele.

Mateus acredita que o ideal é o governo não tratá-los "com paternalismo". A reivindicação maior consiste na inclusão dos beneficiados no projeto "como agricultores, mesmo, fazendo parte das mesmas operações bancárias". Explica que a produção é comercializada em feiras e na própria agrovila. "Só que o dinheiro arrecadado é insuficiente para capitalizar". Conta, ainda, que recebeu da Procerá a resposta de que os recursos seriam liberados dia dez. "Este ano tivemos até que alugar tratores", acrescenta.

"Sabe, gosto muito daqui. A gente morava antes na beira do rio Maranhão, perto de Brasiliinha", diz Mário Teodoro, casado, 12 filhos. Sem equipamentos sofisticados, usa o cavalo para arar, "porque facilita". Plantou arroz, milho e soja, mas afirma que colheu muito pouco. "Tem gente que está em situação pior. A época é de limpar e muitos estão sem dinheiro para gradear e plantar. Se passar deste mês não adianta plantar, porque as chuvas são curtas".

Esperar pelos recursos parece ser a sinal dos agricultores. Preocupados, acabam arranjando atividades extras para alimentar suas famílias. Sem

querer repetir o erro daqueles que venderam tudo o que tinham, como móveis e criação, alguns se empregam como vigias noturnos e vão para o campo durante o dia, outros recorrem a fazendas próximas.

Eles sabem que tal procedimento está errado. No período em que foi feita a seleção, só podia morar no Combinado quem fosse de fato agricultor e não tivesse outra atividade. "No dia em que a gente puder cuidar da terra, ficaremos por conta dela. Agora, nossos filhos não podem morrer de fome", afirma um morador da Agrovila II, inaugurada no final do ano passado, onde estão assentadas 60 famílias em 320 hectares.

De acordo com o administrador Waldemar Gadelha Filho, as duas parcelas financiadas pelo Procerá, são para o custeio — envolvendo plantio de lavoura, preparação do solo e compra de insumos. Uma terceira parcela de 300 OTNs servirá para investimentos, como compra de equipamentos agrícolas e sistemas de irrigação, estando prevista para o primeiro semestre de 89. O financiamento é feito em oito anos, com três anos de carência e cinco anos para pagar, a juros de 7 por cento ao ano e correção monetária prefixada de 35 por cento. O programa visa capitalizar o produtor rural e a única obrigatoriedade consiste no plantio de 2,5 hectares de laranja dos seis pertencentes ao agricultor. Os outros 3,5 hectares são de livre escolha.